



Um muro de batalhas: pichação, sinalização e aderência em vias públicas

A battlefield on the walls: graffiti, 'No graffiti' signs, and adherence in the city

Maria Cecília Pérez de SOUZA-e-SILVA*

Edgar Godoi GABRIEL**

RESUMO: Este artigo tem por objetivo maior analisar discursivamente três placas de aviso ou placas de sinalização, aqui denominadas “placas antipichação”, que são afixadas em muros e paredes dos imóveis com a finalidade de inibir a pichação no local. Uma vez que essas placas só existem por conta da prática consistente da pichação, verifica-se também o potencial de aderência de duas pichações, uma feita no muro de um parque público e a outra feita no muro de um cemitério particular, ambas na região central da cidade de São Paulo (SP), ponderando-se a condição da pichação como um enunciado aderente, tal qual postulado por Dominique Maingueneau (2022, p. 17), que afirma tratar-se de um “problema de adequação ao suporte”. Em linhas gerais, os enunciados aderentes são enunciados inscritos em objetos distintos, mesmo que nem sempre sejam condizentes com o sentido usual do termo, pois podem se constituir desde uma palavra até um grupo de palavras, combinações alfanuméricas etc., que se apropriam de um suporte (embalagens diversas, camisetas, frascos de bebida, paisagens etc.) e passam a circular juntos a partir de determinado momento, transformando um ao outro e criando outra realidade repleta de significação. Dada sua diversidade e rápida evolução, tomar enunciados aderentes como um objeto de estudo implica a possibilidade de se recorrer também a um instrumental distinto dos frequentemente utilizados em pesquisas sobre textos fortemente institucionalizados (discurso político, discurso das mídias, propagandas etc.), *corpora* privilegiados pela Análise do discurso. Os enunciados aderentes exercem um papel essencial na sociedade contemporânea, fato que não pode ser ignorado, sobretudo se se aceita o princípio de que a Análise do discurso deve abordar as manifestações discursivas em toda sua diversidade, como é proposto neste artigo. A hipótese aventada é a de que a pichação, tal qual ocorre nos grandes centros urbanos brasileiros, corresponde aos critérios elencados por Maingueneau (2022) para um enunciado ser considerado aderente, tendo a apropriação como a sua característica mais marcante.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso. Enunciados aderentes. Pichação e pixo. Placa antipichação.

* Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – SP, Brasil. cecilael@pucsp.br

** Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – SP, Brasil. edgargabrielti@gmail.com

ABSTRACT: The main goal of this article is to analyze three items of sign, herein named as “No graffiti signs,” which are affixed to the walls and fences around the city in order to inhibit any graffiti interventions in the area. Given that this type of signalization only exists due to the consistent practice of graffitiing, two items of graffiti and their adherence potential are investigated as well, being one written on the wall of a public park and the other written on the wall of a private cemetery, both in Downtown São Paulo City (SP), pondering the condition of graffiti as adhering utterances according to Dominique Maingueneau (2022, p. 17), for whom it is a “problem of support base adequacy”. In summary, adhering utterances are sentences written on objects, even though they are not always consistent with the usual meaning of the term (such as statements or full texts), for they may be a single word or a group of words, alphanumeric combinations etc., which appropriate an object (packages, T-shirts, beverage bottles, full landscapes etc.) and begin circulating together from a certain point on, transforming one another and creating another reality full of meaning. Studying the adhering utterances implies the possibility of resorting to a different theoretical instrument from those frequently resorted to in research on highly institutionalized texts (i.e., political discourse, media discourse, educational discourse, advertisements etc.), privileged corpora by Discourse Analysis. Adhering utterances have been playing an essential role in modern society, which cannot be ignored, especially if one accepts the principle that Discourse Analysis should address discursive manifestations in all their diversity, as done in this paper. The hypothesis considered is that graffiti, as it has been occurring in large Brazilian cities, does correspond to the criteria listed for utterances to be considered adherent, having the appropriation as its most striking characteristic.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Adhering utterances. Pichação and graffiti. No graffiti signs.

Artigo recebido em: 07.12.2024

Artigo aprovado em: 13.06.2025

1 Introdução

Ao concentrar-se na relação entre objetos distintos e enunciados neles inscritos, Dominique Maingueneau (2022) analisa e organiza exemplares sob a rubrica “enunciados aderentes”. Esses enunciados, que nem sempre correspondem ao sentido usual do termo (frases, textos e demais semioses), podem se constituir desde uma palavra até um grupo de palavras, combinações alfanuméricas etc., que se apropriam de um suporte (embalagem, camiseta, boné, frasco de bebida, paisagem etc.) e passam a circular juntos a partir de determinado momento, transformando um ao outro e criando outra realidade repleta de significação.

Com base na premissa de que pode haver aderência entre enunciados e artefatos de toda ordem, desde que contemplados alguns critérios, analisamos neste artigo três

placas de aviso ou placas de sinalização, aqui denominadas “antipichações”, que são afixadas em muros e paredes com a finalidade de inibir a pichação no local. Trata-se de um objeto bastante característico, cuja existência só foi possível devido ao terreno fértil que a pichação encontrou especialmente na cidade de São Paulo.

Em seguida, verificamos o potencial de aderência de duas pichações, uma feita no muro de um parque público e a outra feita no muro de um cemitério particular, mas não sem antes considerar a condição da pichação segundo o próprio Maingueneau (2022, p. 17), que afirma tratar-se de um “problema de adequação ao suporte”, por isso tem-se o direito de pensar que não tem aderência.

Após análise do *corpus* de referência (três placas e duas pichações) à luz do arcabouço teórico, a noção de enunciados aderentes, propomos uma breve discussão quanto ao potencial aderente da pichação.

2 Placas de aviso antipichação: por uma aderência ao diálogo

Maingueneau (2022) propõe chamar “enunciados aderentes” (doravante EA) o grande fluxo de enunciados que povoam a paisagem cotidiana, como placas e painéis que indicam as seções em supermercados (hortifruti, limpeza, cereais etc.), em lojas de departamento (masculino, feminino, calçados, cama e banho etc.), placas fixadas nas estradas (Serra do Mar, Posto a 5 km etc.), enunciados aparentemente dispersos em embalagens de produtos e alimentos ou na estampa de vestimentas ou utensílios domésticos (I ♥ SP etc.), pulseiras ou etiquetas com códigos lidos apenas com o auxílio de um dispositivo eletrônico (código de barras ou código QR etc.), categorizados segundo suas funções sociais e atribuições.

Dada a sua diversidade e rápida evolução, estudar um objeto como os EA implica a possibilidade de se recorrer também a um instrumental distinto dos frequentemente utilizados em pesquisas sobre textos fortemente institucionalizados (discurso político, das mídias, propagandas etc.), *corpora* privilegiados pela Análise do discurso. Os enunciados aderentes exercem um papel essencial na sociedade

contemporânea, fato que não pode ser ignorado, sobretudo se se aceita o princípio de que a Análise do discurso deve abordar as manifestações discursivas em toda sua diversidade. É o que nos propomos com este artigo.

Os EA caracterizam-se por serem escritos, contíguos a um suporte não verbal, ao qual se integram. Esse suporte é comumente um objeto (boné, caneca, almofada etc.), mas pode ser uma rua, um animal ou uma paisagem inteira. A esse respeito, Maingueneau (2022, p. 15) faz a seguinte ressalva: “se falo em enunciado ‘contíguo a um suporte’ e não ‘num suporte’, é porque a aderência, em função da forma como a relação entre enunciado e seu suporte se estabelece no espaço, pode se manifestar de três maneiras”, a saber:

- o EA é fixado no suporte, situação mais comum;
- o EA é fixado num objeto mediador, próximo ao suporte; por exemplo, placa afixada ao lado de uma obra de arte num museu, em que o visitante observa dois objetos: os signos escritos em um papel inserido num retângulo de plástico transparente, que também é contíguo ao suporte, a obra de arte;
- o EA englobado por seu suporte; por exemplo, uma placa “Serra do Mar” à beira da rodovia que passa pelo acidente geográfico.

Se fixado no suporte, o EA pode estar inscrito diretamente nele ou passar por um objeto mediador. Por exemplo, a inscrição no frontispício de um edifício compõe um todo com o suporte ao qual está incorporado (Cf. Vitorino; Souza-e-Silva, 2024), caso bem diferente de um rótulo numa garrafa de bebida ou um crachá na roupa de um funcionário, que se fixam ao suporte através de um mediador.

Não basta estabelecer a contiguidade material entre um enunciado e um objeto para haver EA. Um cartaz de propaganda eleitoral fixado num poste não constitui um enunciado aderente, apesar de o cartaz aderir a ele fisicamente e alterar sua aparência, pois não há relação de atribuição entre os dois. Dito de outra forma, não há relação de aderência porque o poste, enquanto suporte, não foi feito para abrigar o cartaz; além

disso, se se separarem, os dois mantêm sua finalidade: o cartaz pode ser fixado em outro local e o poste continua sustentando fios e lâmpadas.

A noção de atribuição tem duas dimensões. A primeira é primordialmente material, ou seja, o rótulo de bebida é atribuído ao suporte frasco, a placa com o nome da rua, à rua em questão etc., mas também semântica, um rótulo de vinho, com suas informações nutricionais e teor alcoólico, por exemplo, causaria estranheza se fixado em qualquer outro produto; caso perceba alguma incoerência entre o enunciado e o suporte, a pessoa é levada a lançar hipóteses interpretativas na tentativa de estabelecer algum sentido ao ato: seria uma intervenção artística, uma sátira, uma crítica etc.?

A segunda dimensão é a atribuição como tomada de posse. É o caso, por exemplo, de o Ministério da Saúde se “apropriar” de uma embalagem (suporte) de cigarros e nela inserir mensagens sobre os malefícios causados pelo tabagismo ou, na embalagem de alimentos, a taxa de gordura trans, o alto índice de sódio etc. Esses enunciados aderentes, que podem ser imagéticos (signos aderentes), são em alguma medida “antimarketing”, uma vez que realçam aspectos negativos que o consumo do produto pode causar, enquanto a empresa se esforça para desenvolver embalagens suficientemente atraentes para induzir o consumidor a escolher seu produto.

A partir dessas premissas, entendemos que as placas de aviso, também chamadas de placas de sinalização, aqui denominadas “antipichações”, condizem com os pressupostos elencados. O mais comum é que os enunciados não sejam escritos diretamente no muro, e sim numa placa (objeto mediador) afixada no muro (suporte), por questões estéticas e para não violar a ordem que pretendem manter. O enunciado aderente pode compreender tanto o muro quanto a propriedade inteira, ou seja, pode ser englobado pelo suporte, imóvel cujos limites são demarcados pelos muros sinalizados.

Um muro não necessita de uma placa para ser o que é e, se a sinalização for removida, continua sendo um muro, mas a existência da placa altera seu estatuto, tendo em vista que a atribuição do enunciado aderente é justamente indicar que aquele

muro (ou a propriedade inteira) é distinto; por exemplo, integra o acervo de patrimônio histórico municipal, por isso deve-se preservá-lo (sem pichação).

O foco no muro justifica-se por ele ser o contato imediato da rua (espaço público) com a propriedade (espaço privado), ou seja, é o espaço-limite do imóvel mais suscetível a ações de terceiros, o que inclui a pichação. Por sua vez, os pichadores têm no muro a exposição ideal de seu trabalho, isto é, disponível ao público sem a mediação/curadoria de uma instituição formal (museu, galeria de arte etc.), garantindo assim o diálogo direto com seu público-alvo.

As placas antipichação são um fenômeno autóctone. Nos anos 1980, a pichação e seu desdobramento, a pixação (definidas em momento oportuno), encontram terreno fértil na capital paulista, tendo seu ápice na década de 1990. À medida que aumentava o número de imóveis pichados, os proprietários se viram forçados a reagir e a desenvolver métodos com vistas a evitar que seus imóveis fossem os próximos.

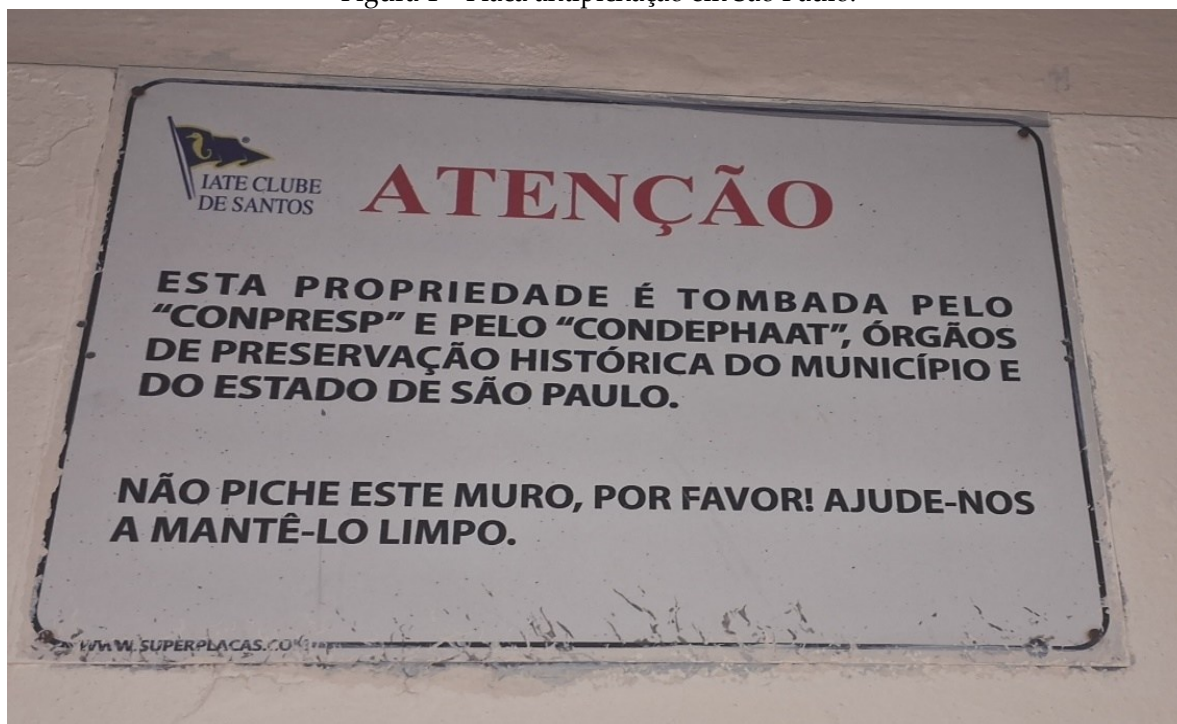
Com exceção da vigilância ostensiva, financeiramente inviável para a maior parte dos estabelecimentos, são dois as estratégias para evitar ter o imóvel pichado. Um deles é reservar o espaço-alvo a práticas de grafite (“Espaço reservado para grafite”), aplicado em especial a comércios em vias movimentadas, ao se evocar o código de ética vigente entre pichadores e grafiteiros. Outro, pertinente no momento, é fixar placas antipichação¹.

Nos grandes centros urbanos, tais placas tornaram-se um recurso muito requisitado, comercializadas inclusive em *marketplaces on-line*. Seja reservando o espaço para grafite, seja fixando a placa de aviso, o que se depreende são enunciados através dos quais o proprietário ou administrador do imóvel se dirige diretamente ao pichador. O transeunte é capaz, evidentemente, de ler o enunciado, mas, não sendo

¹ Em São Gonçalo (RJ), alguns moradores afixaram, em seus muros, placas escritas “Espaço reservado para pichador amador” ou escreveram esse enunciado diretamente no muro. Trata-se de uma estratégia para se evitar a pichação semelhante à discutida neste texto. Saiba mais em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/moradores-do-rj-usam-criatividade-para-evitar-pichacoes-em-muros.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

pichador, a mensagem não lhe diz respeito. Esse contato, porém, ocorre de diversas maneiras (Figura 1):

Figura 1 – Placa antipichação em São Paulo.



Fonte: arquivo pessoal.

A placa constitui-se de elementos verbais e iconográficos, e três blocos de informação simetricamente desiguais. Na parte superior à esquerda, encontra-se o logotipo da instituição responsável pelo imóvel, IATE CLUBE DE SANTOS (em azul marinho, relação intrínseca com a cor do mar), seguido de ATENÇÃO (em vermelho, cor que, nesse contexto, remete a proibição ou perigo) ao centro. Mais abaixo, em caixa alta e cor preta, tem-se

ESTA PROPRIEDADE É TOMBADA PELO
“CONPRES” E PELO “CONDEPHAAT” ÓRGÃOS
DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO E
DO ESTADO DE SÃO PAULO.

NÃO PICHE ESTE MURO, POR FAVOR! AJUDE-NOS A MANTÊ-LO LIMPO.

O segundo bloco de informações descreve as particularidades da propriedade, citando nominalmente os órgãos de preservação histórica Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) e CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo); com isso, o Iate Clube de Santos, enunciador, distingue não só o muro, mencionado no terceiro bloco de informações, dos demais na cidade, mas também a propriedade inteira, ao sinalizar sua condição de sítio com valor histórico atestado pelo Estado.

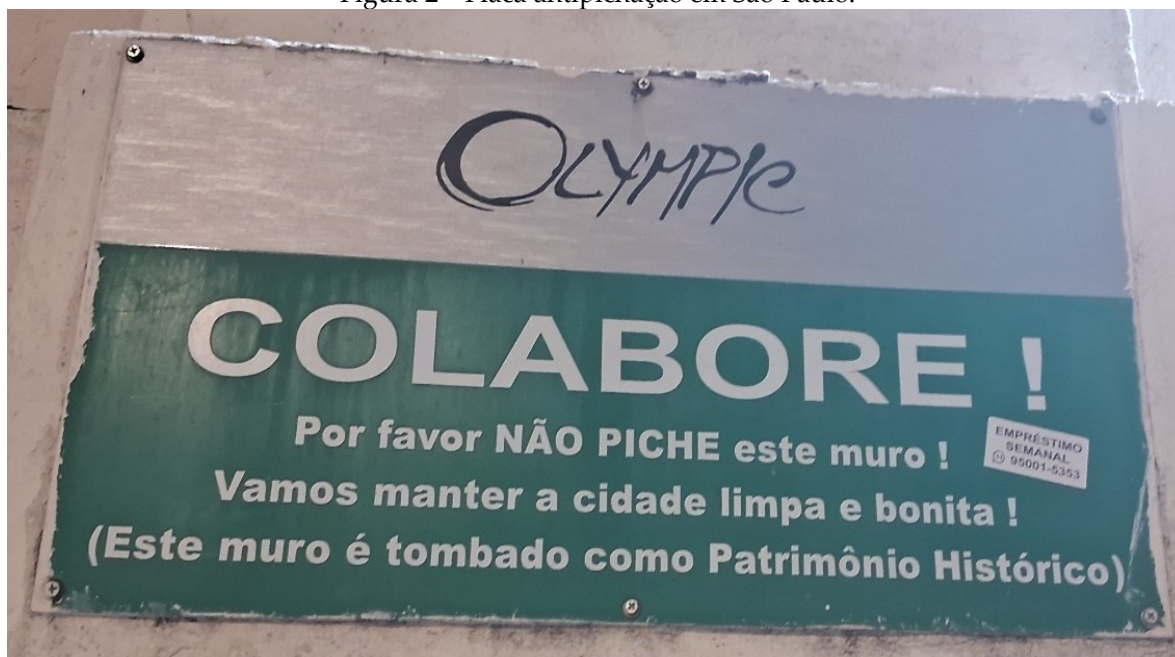
No terceiro bloco de informações, de caráter prescritivo (“não piche”), o enunciador apela, com certa polidez (“por favor!”), ao pichador, interlocutor, para não pichar o muro, implicando-o numa colaboração (“ajude-nos”). O ruído é gerado, no entanto, pelo emprego de “limpo”: sabe-se que “limpeza” opõe-se a “sujeira”; logo, um muro pichado é um muro “sujo”, um indício do posicionamento da instituição frente à pichação.

É praxe enunciados aderentes fornecerem informações enciclopédicas (histórico e personalidades ligadas ao sítio) referentes ao ponto onde são afixados, mas a placa ora analisada tem por finalidade inibir a pichação, conforme consenso de parte da sociedade. Sob a administração do Iate Clube de Santos desde 2008², a propriedade é repleta de histórias: pertenceu à aristocrata Dona Veridiana Valéria da Silva Prado (1825-1910), quem inclusive dá nome ao logradouro, Palacete Dona Veridiana, e ao endereço (Rua Dona Veridiana × Avenida Higienópolis), cujos familiares (filha de Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguaçu; sobrinha e esposa de Martinho da Silva Prado; e mãe de Antônio da Silva Prado e Eduardo Prado) estiveram intensamente envolvidos na vida política e cultural da cidade, além de nomearem ruas no centro histórico.

² Fundado em 1947 pelo 1º Comodoro Jorge da Silva Prado, é um clube náutico brasileiro. Saiba mais ao consultar a página oficial, disponível em http://icsantosnew1.hospedagemdesites.ws/?page_id=6688. Acesso em: 15 nov. 2024.

Na Figura 2, temos um estilo de comunicação semelhante:

Figura 2 – Placa antipichação em São Paulo.



Fonte: acervo pessoal.

A placa contém dois blocos de informação, também simetricamente desiguais. O primeiro, parte superior, tem o fundo de metal polido e leva, em destaque, o logotipo do condomínio, Olympic (em fonte preta e estilizada). O segundo bloco tem fundo verde folha, sobre o qual se lê, em cor branca:

COLABORE!

Por favor NÃO PICHE este muro!

Vamos manter a cidade limpa e bonita!

(Este muro é tombado como Patrimônio Histórico)

Mesmo que informe se tratar de um patrimônio histórico tombado, Olympic, enunciador, se exime de referenciar o órgão público responsável pelo tombamento do muro em questão, expresso como uma “informação extra”, um apostrofo entre parênteses. O apelo, instaurado pelo imperativo “COLABORE!”, implica o pichador

numa dinâmica cujas regras são dadas pelo enunciador: “Vamos manter a cidade limpa e bonita!”; há ampliação do muro para “cidade”; e mais: a oposição é entre “cidade limpa e bonita” (sem pichação) e “cidade suja e feia” (com pichação). Desse modo, depreendemos um tom mais enfático, embora o enunciador recorra ao índice de polidez “Por favor”, já que “Vamos manter...” não é meramente sugestivo, e sim prescritivo, corroborado pelo ponto de exclamação na frase.

Analizamos as placas de um clube de iate e de um condomínio residencial, respectivamente. Por serem propriedades privadas, acreditamos que isso possa ter influenciado o modo de enunciação, ou seja, como essas propriedades entendem a si mesmas e aos pichadores e suas práticas. Na Figura 3, o enunciado distingue-se levemente dos antecessores:

Figura 3 – Placa antipichação em São Paulo.



Fonte: acervo pessoal.

A placa conta com três tons de vermelho como fundo. Na parte superior, mais clara, têm-se o brasão da instituição FUNDAÇÃO SÃO PAULO (em branco), à esquerda, e um sinal de alerta ou perigo, à direita. A Fundação, Mantenedora da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Centro Universitário Assunção, é pessoa jurídica de fins não econômicos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, orientada pelos princípios da fé católica³; daí a inscrição “Sanctus Paulus” no brasão, e em latim, língua oficial da Igreja.

Na parte central, lê-se (em branco) em destaque

Esta é uma
instituição filantrópica.
NÃO PICHAR

Não há qualquer menção referente ao muro ser tombado (provavelmente não o seja), e o pacto de não pichação justifica-se tão somente pela informação crucial de se tratar de uma “instituição filantrópica”, corroborado pelo logotipo da Fundação, uma instituição voltada à utilidade pública e à caridade.

Em instituições filantrópicas (hospitais, centros educacionais e religiosos, orfanatos etc.), placas com esse tipo de apelo podem ser avistadas com certa frequência; nas propriedades privadas (condomínios residenciais, juntas comerciais, clubes etc.), os enunciados mais recorrentes são variações de:

ATENÇÃO!
Sr. Pichador/Pixador
O valor gasto com a repintura/limpeza do muro
é repassado/doado a instituições de caridade.

Com tal manobra enunciativa, o enunciador invoca a ética do pichador: “sua pichação está comprometendo a doação a pessoas carentes”, mas o pichador poderia

³ Saiba mais acessando a página oficial da Fundação São Paulo (Fundasp), disponível em <https://www.fundasp.org.br/a-fundasp/sobre-a-fundacao/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

contra-argumentar, “minha pichação está assegurando o trabalho do pintor, do vendedor de tintas etc., sem a necessidade de caridade”. Além disso, esses enunciados aparentemente ignoram o fato de que a pichação possa significar mais do que esse “revanchismo” pressuposto ou uma moeda de troca; por exemplo, pode ser um estilo de vida, conforme abordado mais adiante.

Tais placas antipichação pertencem a uma ordem à parte, pois não têm atribuição turística (aqui nasceu/viveu/morreu personalidade X etc.), nem direcional (Entrada à esquerda, Saída de emergência etc.), tampouco publicitária, de valorização do imóvel para atrair visitantes; para essas e demais funções, existem outras placas. Sua finalidade é única e exclusivamente inibir a ação de uma parcela específica da população, os pichadores.

Com base no perfil socioeconômico dessas entidades e na função social dos imóveis (um clube de iate congrega membros seletos; um condomínio residencial é frequentado por residentes e suas visitas; uma instituição filantrópica recebe visitantes diversos), verificamos que as placas correspondem a um modelo industrial de produção, feitas de metal e sob encomenda, com o logotipo da instituição, sem enunciados-padrão encontrados em sinalizações desse tipo, porém são desprovidas de qualquer solenidade retórica e/ou material.

Entre os dados coletados e exemplares disponíveis na internet, é notável que, embora a pichação seja uma contravenção⁴, nenhuma placa contenha o prescritivo “PROIBIDO”, comum em sinalizações como “Proibido Estacionar”, “Proibido Fumar” etc., em que a interdição se ampara em lei, estatuto ou regimento interno. Por seu turno, e à sua maneira, os enunciados das placas antipichação visam a estabelecer um diálogo, uma negociação unilateral com o pichador (“Colabore!”, “Vamos manter a cidade limpa!”), dado que as regras do jogo, a interdição, resultam da deliberação do enunciador. Além disso, é de conhecimento público a condição legal da pichação,

⁴ A esse respeito, pode-se consultar, entre outras, a Lei Federal n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, ou, em São Paulo, o Projeto de Lei Municipal n. 16.612/2017, também conhecido como “Lei Antipichação”.

tornando-se irrelevante a reafirmação do óbvio. Assim, “a eficácia dos enunciados aderentes decorre do contraste entre o fato de se fundirem de alguma forma com a paisagem e a importância dos efeitos que sua presença produz, ao inscrever o suporte em novas redes de sentido, de usos e de instituições” (Maingueneau, 2022, p. 42).

Ainda que facilmente encontradas em grandes centros urbanos, esse tipo de sinalização pode não surtir o efeito esperado:

Nem mesmo as placas pedindo colaboração inibem a ação daninha dos pichadores. O muro da Santa Casa de Curitiba [...] mais uma vez apareceu pichado. Às vezes parece que o pedido, pintado em muros de várias entidades sociais, tem um resultado oposto ao esperado. Mas os “senhores pichadores” precisam saber que o dinheiro gasto na repintura dos muros realmente faz falta na outra ponta. Ou seja, doentes sem recursos deixam de receber uma atenção a mais (Feldens, 2010).

Trata-se de um problema complexo que extrapola o âmbito da comunicação, mas que certamente passa pela interincompreensão, tal qual teorizada por Maingueneau (2008 [1984]), pois a pichação é qualificada como “ação daninha” (Feldens, 2010), “sujeira” e “feiura” (Figuras 1 e 2), indícios de que os proprietários fazem outra leitura da pichação.

No que tange a placas que prometem doações em troca de não ter a propriedade pichada, o jornalista Gustavo Honório Moraes (2019) perguntou a opinião de alguns pichadores e grafiteiros. Eis as respostas:

Isso aí é engana trouxa. Os pichadores não se enganam, entendeu? A não ser que seja um hospital, que normalmente é respeitado. Às vezes, eles respeitam. De resto, não inibe em nada. Passou, viu, vai fazer [a pichação]. Muitas empresas colocam essa placa pra enganar, mas não fazem doação alguma (Renato Thathá, pichador e grafiteiro).

Para mim, não produz nenhum efeito. Pichar, principalmente. A pichação é rebeldia. Para mim, incita mais ainda a pichação. Acho que esses lugares merecem. O que eu não vou pichar é uma casa, uma residência que poderia ser a minha, na minha quebrada (Dinho, grafiteiro de arte abstrata).

Em um grupo fechado em uma rede social, perguntamos também a alguns pixadores, agora com x, se, quando saem para pixar, respeitam esse tipo de sinalização e por quê. Por ser um grupo de acesso restrito aos pares, acreditamos que essa condição pudesse deixá-los confortáveis para escrever e se expressar, sem qualquer receio de exposição ou represália. Eis algumas das respostas que corroboram aquelas obtidas por Moraes (2019):

Pixador 1. Respeitava [...] mano geralmente o muro é grande e todo recém pintado o cara tem tinta para apagar eu é que não vou gastar minha lata sabendo disso.

Pixador 2. Quando têm plaquinha dizendo para não pixar, já sabemos que é mentira.

Pixador 3. Se for na quebrada ajudando a comunidade ok agora se for no bairro de boy as latas falam mais alto.

Pixador 4. Tem q pixa cadê o comprovante kkkkk pq as vez só coloca a plaquinha pra mete o lok não doa nada pra nmg [...].

Baseados nessas breves respostas dos próprios pixadores, depreendemos que estes não se sentem enlaçados no diálogo, na dinâmica proposta pelo enunciador; ao contrário, sentem-se “incitados” a pixar e não acreditam na imagem benevolente do proprietário ou administrador do imóvel.

3 Entre a parede e a tinta, uma aderência possível

O tratamento das particularidades das placas sinalizadoras antipichação nos deu subsídios para entendê-las como enunciados aderentes. É natural, então, voltarmos nossa atenção ao objeto que dá razão à existência de tais placas, a pichação.

A pichação (grafia outorgada pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa) surge em São Paulo nos anos 1950/1960, termo utilizado para nomear as propagandas eleitorais dos candidatos à época. Posteriormente, a pichação torna-se

uma maneira de reivindicar pautas sociopolíticas (por exemplo: Abaixo a Ditadura! Não ao arrocho salarial! Proteja nossas crianças etc.) e manifestações poético-artísticas (por exemplo: Caviar é uma ova! Veracidade – Ver a cidade, Seja Marginal, Seja Herói etc.). Caracteriza-se por uma escrita livre (letra de forma) e aparece sobretudo como *slogans* reivindicados por instituições ou grupos, utilizando-se das paredes para angariar adeptos à causa, para isso deve ser legível e estar no modo imperativo.

Já a pichação é entendida como um movimento social que surge em meados dos anos 1980, mais precisamente na cidade de São Paulo, influenciada pelos incipientes movimentos punk e hip-hop, protagonizada por jovens periféricos, que formam grupos, adotam codinomes, definem um estilo caligráfico (*tag* reta), determinam os pontos de encontro e iniciam a ocupação da cidade (Altamirano, 2018; Lassala, 2010).

Em síntese, enquanto a pichação surge de necessidades sociopolíticas e, em menor escala, poético-artísticas, a pichação é restritiva, refere-se a um nós (meu grupo e eu) que ocupa a cidade ao chamar atenção para si mesmo e sua turma.

Maingueneau (2022) condiciona o grafite⁵ como um “problema de adequação ao suporte”: pode-se pensar a pichação como um enunciado aderente cujo suporte seria o muro? Tem-se o direito de pensar que não. Segundo o autor, a pichação tem funcionamento semelhante ao do cartaz eleitoral afixado em um poste: nem o poste nem o muro tem como atribuição (relação específica) ser o suporte do cartaz e da pichação, respectivamente. Em seguida, pondera:

nem sempre esse é o caso: pode acontecer de [a pichação] indicar, por seu conteúdo, estar apropriada ao lugar em que está inscrita, **tornando-se então um enunciado aderente** (Maingueneau, 2022, p. 17, grifo nosso).

⁵ Do grego *graffein* (γράφειν), passando pelo italiano *graffio* e *graffiti* (Decker; Curry [S.d.]), o termo *graffiti* (grafite, em port.), mundialmente conhecido, surge nos EUA (1960-1970) e designa a prática de grafar (escrever ou desenhar) em superfícies (muros, trens, portas etc.). No Brasil, essa terminologia varia em razão das condições socioculturais locais. Com base na descrição de Maingueneau (2022, p. 17ss), o “grafite” é, neste caso, a nossa pichação, definida acima. Portanto, adotamos doravante o termo *pichação*, não grafite, como consta no livro.

Nesse quesito, a pichação deve selecionar o referente mobilizando de maneira crucial o ambiente físico em que figura, pois a aderência depende, em certa medida, de o transeunte dispor de recursos (propriedades linguísticas) que lhe permitam estabelecer a relação entre o suporte (muro, paisagem inteira) e o conteúdo da reivindicação. A aderência da pichação é, então, uma questão de “apropriação”, estar ou não apropriada ao local (suporte).

Seguindo o raciocínio do autor — os exemplos discutidos são “Poluidor”, na casa de um industrial do ramo químico, e “Policiais Assassinos”, na parede de uma delegacia —, podemos suscitar casos recentes ocorridos em São Paulo: “Não às Privatizações!”⁶ (também “Diga NÃO à Privatização!” “Privatizar NÃO é a solução!”), pichado na parede de uma empresa estatal, e “SP não está à venda”⁷, pichado no muro da residência do então recém-eleito Prefeito da Cidade de São Paulo João Dória. Esta última foi amplamente noticiada pela imprensa por dois motivos:

- i. ao assumir o mandato (2017-2018), Dória declarou “guerra à pichação” com a aprovação do Projeto de Lei Municipal n. 16.612/2017;
- ii. implementou uma agenda neoliberal com vistas a transferir à iniciativa privada diversos aparelhos públicos.

Nesse contexto, o transeunte que tem acesso às pichações é capaz de estabelecer a adequação do enunciado (protesto), que se apropriou do suporte (muros da empresa estatal e da residência do então prefeito recém-eleito).

O enunciado aderente e seu suporte não formam um todo compacto, peças complementares de um mecanismo. Tais enunciados juntam-se a um objeto que, aparentemente, não tem necessidade deles para ser o que é. Esse é precisamente o caso

⁶ Otávio Valle/Folhapress. **Pichação contra privatização da Sabesp em muro de unidade companhia.** Disponível em: <https://folhapress.folha.com.br/foto/27198354>. Acesso em: 15 nov. 2024.

⁷ Priscila Mengue. Jovem acusado de pichar casa de Doria é multado em R\$ 5 mil. **UOL**, 15 jul. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/07/15/jovem-acusado-de-pichar-casa-de-doria-e-multado-em-r-5-mil.htm>. Acesso em: 15 nov. 2024.

da pichação, manifestando-se numa relação “parasitária” que acaba convertendo o muro em seu suporte, fazendo-o entrar em novas redes, novos usos, determinando e ilustrando a organização social em que vivemos.

É preciso constatar também o “paradoxo constitutivo” do enunciado aderente, que parece um acréscimo, mas de certa forma faz parte do suporte. Em se tratando de pichação, essa maneira de ocupar a cidade no mínimo altera a aparência do muro (suporte) e, a depender do conteúdo, pode atrair a atenção do transeunte, que possivelmente ignoraria a parede sem intervenção, ou seja, a pichação preenche uma falta, restabelece uma verdade, conforme visto na Figura 4:

Figura 4 – Pichação “Aborte o sistema” em São Paulo.



Fonte: acervo pessoal.

Formalmente, o enunciado é um misto de pichação com pixação. Em vermelho, lê-se “Aborte o sistema”, em que os “as” estão sobrepostos aos “os” (A circulado), remetendo ao símbolo de anarquia e ecoando, a um só tempo, um jargão militar (abortar a missão) e um *slogan* anticapitalista, dado que “sistema” é, em contextos políticos, uma designação para “sistema capitalista”. Além disso, “r” e “s” tendem levemente ao letreiro do pixo (*tag reto*), o que nos leva a especular tratar-se de uma

intervenção de pixadores que, devido ao conteúdo, podem ter optado pela pichação para angariar adeptos à causa.

A princípio, o transeunte pode encontrar nessa pichação um “erro ortográfico” (*cistema* por *sistema*), mas logo é forçado a refletir, dado o momento histórico, em que estão em pauta as discussões sobre orientação sexual e identidades de gênero. Ao verificar que o suporte é o Parque Augusta, situado na Rua Augusta, local de boemia na região central de São Paulo, cantado em versos desde os anos 1960, mas sobretudo renomado por concentrar um grande número de estabelecimentos e eventos voltados à população LGBTQIAPN+⁸, o leitor-modelo compreende que “cistema” (variante *cis*-tema) é uma oposição à cisnormatividade, em linhas gerais definida como a suposição de que todas as pessoas deveriam ser e/ou comportar-se como cisgêneras, identidade de gênero de quem tem experiência interna e individual do gênero correspondente ao sexo atribuído no nascimento (Faermann; Costa; Couto, 2020; Simakawa, 2015).

Maingueneau (2022) salienta que todo enunciado aderente implica uma dupla sustentação:

- ideológica: sua presença deve, mais ou menos imediatamente, ser legitimada por uma doxa nutrida de diversos discursos. Podemos verificar que o aspecto ideológico dessa pichação, corroborado pelas adjacências do Parque Augusta, é bem-marcado, haja vista que tanto capitalismo quanto “cistema” têm como estereótipo o homem caucasiano e cisgênero, não uma mulher trans negra ou indígena, por exemplo. Assim, podemos interpretar “Aborte o cistema” como uma ordem para interromper a padronização das pessoas, algo inerente à cisnormatividade;
- institucional: diferentemente de uma embalagem qualquer, de sacolas de supermercado (cf. Dártora, 2023) ou de adesivos em automóveis

⁸ O *Guia Gay São Paulo* define a região do Parque Augusta (bairro Consolação), no seu roteiro, como “[...] um dos principais bairros gays de São Paulo e do Brasil”. Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/roteiro/points/parque-augusta#/0>. Acesso em: 15 nov. 2024.

certificados pelo poder público, o aspecto institucional dessa pichação é um tanto difuso, pois pode conter membros de toda ordem, mas sobretudo profissionais liberais que militam pela causa LGBTQIAPN+ e, por extensão, igualdade social.

A Figura 5 ilustra uma pichação de teor artístico-cultural:

Figura 5 – Pichação “Leia mulheres vivas” em São Paulo.



Fonte: acervo pessoal.

Nela, encontramos duas orações absolutas coordenadas: (i) leia Poetas Mortos [em cor preta]; (ii) leia mulheres VIVAS [em cor vermelha], seguida de uma seta à direita, que direciona o olhar para uma sequência de lambe-lambes retangulares e vermelhos que contêm enunciados, neste caso, poemas curtos⁹ (não legíveis na imagem), assinados por um coletivo.

Tal intervenção poderia ter ocorrido num local apropriado, atribuído a esse fim, como biblioteca, centro cultural, associação de bairro, escola etc. Entretanto, o fato de ter sido feita no muro de um cemitério situado em uma das mais importantes vias da cidade de São Paulo nos faz refletir quando relacionamos “poetas mortos” e “mulheres vivas” com o cemitério. Assim, temos que (i) recupera um discurso anterior, o de que o bom poeta/escritor é o que está morto; (ii) propõe que não seja necessário esperar

⁹ Tipo de poema que consiste em frases de efeito, jogo de palavras, fórmulas alteradas, trechos de poemas outros etc. sobre temas variados. Dada a dinâmica das redes sociais, os poemas curtos devem ser suficientemente sintéticos e pregnantes para gerar o máximo possível de engajamento.

poetas/escritoras morrerem para ter seu reconhecimento, isto é, que essa escrita não seja deliberadamente ignorada, silenciada (violência de gênero) no debate público, além de operar como um protesto contra os alarmantes números de feminicídio no Brasil, daí o realce em mulheres VIVAS. Não importa saber se a intervenção foi feita por um homem, por uma mulher, por um casal, por um grupo de amigos etc., o que importa é que o enunciado reflete um posicionamento favorável às mulheres, às poetisas e escritoras vivas.

De modo geral, a pichação tem como característica a instabilidade/efemeridade. Quando a intervenção é feita em um imóvel público, abandonado ou tombado, mantém-se por mais tempo, em razão da burocracia de se contratar uma empresa especializada, via licitação, em restauração de patrimônios, podendo ser dispendioso e consumir demasiado tempo, daí a pertinência das placas de sinalização antipichação; se for propriedade particular, a decisão de (re)pintar o muro cabe tão somente ao proprietário (conforme resposta do Pixador 1 acima).

Outra particularidade da pichação é que ela se apropria do espaço onde é feita. Em uma sociedade em que as leis são respeitadas, não há espaço para ela, conforme expresso no nosso ordenamento jurídico¹⁰. A apropriação é sua característica mais marcante. Se, por um lado, o poder público tem autoridade de intervir numa embalagem de alimentos ou de cigarros prezando o bem-estar da população, por outro, a pichação conquista seu espaço de forma abrupta. Dada a condição de escrita interdita, a pichação é transgressiva, subversiva. O grafite opera dentro dos limites aceitáveis, por isso goza de seu epíteto “expressão artística”. A pichação, por seu turno, visa a transgredir, sua única maneira de existir. Portanto, é improvável que haja um suporte apropriado, e sim *apropriado*. O suporte é transformado com a pichação,

¹⁰ Em 15 de outubro de 2024, foi sancionado o Projeto de Lei n. 24/2020, que “reconhece as expressões artísticas charge, caricatura, cartum e grafite como manifestações da cultura brasileira: art. 2, IV - grafite: expressão da arte urbana em forma de desenho e escrituras em que o artista cria uma linguagem intencional para interferir na cidade, com o aproveitamento de espaços públicos, como paredes, muros, fachadas, viadutos e ruas”. Verifica-se, portanto, que não há qualquer menção à pichação ou pixação, que se mantém à margem da lei.

coexistindo com ela. Nesse sentido, podemos pensar numa dupla apropriação: a do muro e a da cidade. Trata-se antes de uma forma de resistência e ocupação do espaço público, dado que não basta conhecer o local, é preciso reconhecer-se na cidade.

4 Conclusão

A partir das premissas postuladas por Maingueneau (2022) para determinar o potencial de aderência de enunciados em relação de atribuição e apropriação do artefato (suporte), seja ele contíguo ou não, tomamos como objeto de estudo três exemplares de placas de aviso antipichação (Figuras 1, 2 e 3), através dos quais pudemos verificar sua aderência aos muros da cidade de São Paulo, mas amplamente encontrados em grandes aglomerações urbanas, devido à propagação da pichação nesses lugares.

Tendo em vista que tais placas sinalizadoras só existem porque existe a pichação, na sequência verificamos o potencial de aderência de duas pichações, uma no muro de um parque público (Figura 4) e a outra no muro de um cemitério particular (Figura 5), não sem antes considerar a condição da pichação segundo o próprio autor, que afirma tratar-se de um “problema de adequação ao suporte”, por isso tem-se o direito de pensar que ela não tem aderência.

Em síntese, nossa hipótese é de que a pichação corresponde aos critérios elencados pelo autor para um enunciado ser considerado aderente, tendo a apropriação como sua característica mais marcante. Se a pichação gozasse do mesmo prestígio que o grafite, por exemplo, não haveria razão para pensá-la como tal. Acreditamos, porém, ser necessário considerar a um só tempo a pichação e sua natureza arredia, seu caráter subversivo, transgressor, socialmente estigmatizado, que luta para sobreviver. Conforme explicitado ao longo do texto, essa forma de expressão já é parte do cenário urbano, pois tem lutado pelo seu direito de existir, tendo os muros da cidade como seu hábitat; nesse quesito, os muros tornaram-se um campo de

batalha, em que a aderência das placas sinalizadoras tem por finalidade inibir a aderência da pichação.

Referências

ALTAMIRANO, M. **A pichação na paisagem de São Paulo**: o risco como construção do sentido da vida urbana. 300f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

DÁRTORA, T. O meio infiel: enunciados aderentes no ambiente de trabalho. *In*: 69º Seminário do GEL, de 4 a 7 de julho de 2023, na Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2023. p. 229. Disponível em: https://gel.org.br/upload/arquivos/20221019_42_caderno-de-resumos-comunicaes-orais/214-69o-seminario--caderno-de-resumos.pdf.

DECKER, S. H.; CURRY, G. D. Graffiti. *In*: **Encyclopaedia Britannica**, [S.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/graffiti-art>.

FAERMANN, L. A.; COSTA, S. L.; COUTO, C. Cisnormatividade, violência e instituição escolar. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 25, e020036, 2020. DOI <https://doi.org/10.18226/21784612.v25.e020036>

FELDENS, C. Falta tudo. **Gazeta do povo**, 20 maio 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/entrelinhas/falta-de-tudo-1p2crv9jkmhrv3c0x1msqe3im/>.

G1. **Moradores do RJ usam criatividade para evitar pichações em muros**. 16 jun. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/moradores-do-rj-usam-criatividade-para-evitar-pichacoes-em-muros.html>.

LASSALA, G. **Pichação não é pixação**: uma introdução à análise de expressões gráficas e urbanas. São Paulo: Altamira, 2010.

MAINGUENEAU, D. **Enunciados aderentes**. Tradução de S. Possenti. São Paulo: Parábola editorial, 2022.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de S. Possenti. São Paulo: Parábola editorial, 2008 [1984].

MORAIS, G. H. H. Sr. Pichador, não piche, eu doo. **Fala! Universidades**, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/sr-pichador-nao-piche-eu-doo/>.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 244f. (Dissertação) Mestrado do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, UFBA, 2015.

VITORINO, C.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Onde os edifícios têm nome: enunciados aderentes no espaço urbano de São Paulo. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/1678-460X202440156190>